



Universidade de Brasília

Ministério da Educação
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Centro de Formação Continuada de Professores
Secretaria de Educação do Distrito Federal
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

A AVALIAÇÃO NO 3º ANO DO BLOCO INICIAL DE ALFABETIZAÇÃO

Odalúcia Maria de Araújo Lopes de Souza

Professora-orientadora Dra. Edileuza Fernandes da Silva
Professora monitora-orientadora Mestre Enílvia Rocha Morato Soares

Brasília (DF), Abril de 2013

Odalúcia Maria de Araújo Lopes de Souza

**A AVALIAÇÃO AO FINAL DO BLOCO INICIAL DE
ALFABETIZAÇÃO**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica sob orientação da Professora-orientadora Dra Edileuza Fernandes da Silva e da Professora monitora-orientadora Mestre Enilvia Rocha Morato Soares.

TERMO DE APROVAÇÃO

Odalúcia Maria de Araújo Lopes de Souza

A AVALIAÇÃO NO 3º ANO DO BLOCO INICIAL DE ALFABETIZAÇÃO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Dra Edileusa Fernandes da Silva –
UNB/SEEDF

(Professora-orientadora)

Mestre Enilvia Rocha Morato Soares –
UNB/SEEDF

(Monitora-orientadora)

Mestre Vânia Leila de Castro Nogueira - UNB/SEEDF
(Examinadora externa)

Brasília, 18 de abril de 2013

DEDICATÓRIA

A meus pais, marido e filho que tanto torcem por mim e acreditam na minha capacidade de ir em frente, apesar de tantos obstáculos.

AGRADECIMENTOS

A Mestre Enílvia Rocha Morato Soares, orientadora deste trabalho, que tanto nos enriqueceu com suas observações pontuais e eficazes.

Ao professor tutor do curso de Coordenação Pedagógica, Edvaldo Alves de Souza, que com todo seu conhecimento e saberes proporcionou amplas reflexões acerca do trabalho do Coordenador Pedagógico.

O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada.

Caminhando e semeando, no fim terás de colher.

(Cora Coralina)

RESUMO

O presente estudo buscou analisar como são avaliadas as crianças que cursam o 3º ano de escolarização do Bloco Inicial de Alfabetização, de uma escola da rede pública do Distrito Federal, bem como as concepções que a professora dessa classe tem sobre esse processo e suas intervenções junto aos alunos após a aplicação e correção dos instrumentos de avaliação. A análise se valeu da abordagem qualitativa. Para isso, utilizou-se de procedimentos como a realização de entrevista com a professora regente da turma e com uma aluna, além da observação de atividades realizadas pela professora e de análise do documento intitulado Diretrizes Pedagógicas do BIA (SEDF, 2012). Quando analisadas à luz do referencial teórico que fundamentou o estudo, as informações levantadas em campo permitiram perceber que ainda falta conhecimento no que se refere a avaliação formativa e como pode ser desenvolvida no cotidiano da alfabetização, numa proposta de ciclos, bem como as intervenções a serem realizadas para que o aluno alcance o objetivo proposto ao final do 3º ano, que é estar alfabetizado, apropriando-se da leitura e escrita.

Palavras –chave: Avaliação. Intervenções. Aprendizagens.

SUMÁRIO

Introdução.....	7
1. Bloco Inicial de Alfabetização.....	9
1.1 Ciclos de Aprendizagem	10
1.2 A Progressão continuada.....	12
2. Avaliação.....	15
2.1 A avaliação formativa.....	16
3.Procedimentos Metodológicos.....	20
3.1 O caminho escolhido.....	20
3.2 A Instituição.....	20
3.3 Os Procedimentos da pesquisa.....	21
3.4 Análise dos dados.....	22
3. Conclusão.....	28
4. Referências bibliográficas.....	30
5. Anexos.....	32

INTRODUÇÃO

Frequentemente percebemos em nossas escolas uma prática pedagógica tradicional bem arraigada por parte de alguns professores. Muitos deles, ainda resistentes a práticas e concepções mais atualizadas e adequadas desenvolvem, em seu cotidiano de sala de aula, ultrapassadas metodologias, incluindo os instrumentos de avaliação que utilizam. Avaliam usando apenas provas, como se esse fosse o único meio de verificar se o aluno aprendeu ou não aprendeu.

Mesmo contando com um documento legal norteador dos trabalhos no Bloco Inicial de Alfabetização – BIA – (SEDf, 2012), que orienta as práticas do professor alfabetizador e oportuniza um novo pensar sobre a aprendizagem, nota-se grande descaso por parte de alguns professores e um olhar que não se volta ao conhecimento, exploração e valorização das ideias e representações prévias que os alunos possuem.

São situações como essas que me inquietam. Gosto muito de alfabetização e acredito no BIA, pois penso que o Bloco oferece ao professor condições para reorganizar sua prática, além de promover o trabalho coletivo, realizado por meio de estratégias como o reagrupamento¹. Minha preocupação refere-se aos instrumentos avaliativos utilizados pelo professor alfabetizador em seu cotidiano de sala de aula, especialmente os que atuam em turmas do último ano do Bloco. Sendo assim, elegi como **problema de pesquisa: Como são avaliadas as aprendizagens dos alunos em uma turma de 3º ano de uma escola da rede pública do DF?**

Visando a uma melhor organização dos trabalhos investigativos estabeleci como **objetivo geral:**

¹ O reagrupamento consiste em uma estratégia pedagógica que visa atender às necessidades educativas dos alunos, agrupando-os de acordo com os objetivos que se pretende alcançar. Essa sistemática de trabalho pode acontecer dentro de uma mesma turma (interclasse) e entre diferentes turmas (intraclasse e extraclasse) e reunir alunos com semelhantes ou diferenciados níveis de aprendizagem (SEDf, 2012, p. 59 a 63).

- ✓ Analisar a forma como são avaliadas as aprendizagens dos alunos de uma turma de 3º ano de escolaridade de uma escola da rede pública do Distrito Federal.

E como **objetivos específicos**:

- ✓ Analisar as concepções da professora e dos alunos da turma pesquisada sobre avaliação;
- ✓ Conhecer os instrumentos e/ou procedimentos utilizados pela professora da turma pesquisada para avaliar seus alunos;
- ✓ verificar como o professor colaborador da pesquisa lida com os resultados evidenciados pelos estudantes.

CAPÍTULO I

Fundamentação teórica

1- BIA – Bloco Inicial de Alfabetização

O Bloco Inicial de Alfabetização – BIA – começou a ser implantado no Distrito Federal no ano de 2005, nas escolas vinculadas à Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia - CREC. Nos anos seguintes foi sendo implantado gradativamente nas demais cidades do DF sendo que, em 2007 já estava sendo implementado nas 14 Regionais de Ensino. A referida proposta foi criada como o propósito de atender às exigências de ampliação do Ensino Fundamental de 8 para 9 anos, estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – 9394/96.

Atendendo ainda à Lei Federal nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 (p. 8) que estabelece em seu artigo 5º, a reorganização do tempo e do espaço escolar, a Proposta Pedagógica do BIA foi aprovada pelo conselho de Educação do Distrito Federal e instituída pela Secretaria de Estado do Distrito Federal – SEDF – por meio da Portaria nº 4, de 12 de janeiro de 2007.

O BIA foi implementado com o objetivo central de reduzir as desigualdades “sociais e regionais no tocante ao acesso e a permanência, com sucesso, na educação pública”. (SEDF, 2012, p. 9).

A proposta pedagógica que fundamenta o BIA estabelece ainda que os primeiros anos de escolarização no DF sejam organizados em ciclos de aprendizagem e adota a progressão continuada como sistemática de avanço permanente do desempenho dos estudantes.

Visto que o BIA adota o ciclo de aprendizagem e a progressão continuada como parte de sua proposta, não há retenção dos alunos por questões de aprendizagem no 1º e 2º ano de escolaridade, apenas no 3º ano a reprovação

dos estudantes que não alcançaram os objetivos previstos para o período é permitida.

1.1- Ciclos de Aprendizagem

A proposta dos ciclos de aprendizagem está relacionada aos tempos e espaços da escola, desvelando uma visão crítica das finalidades educacionais da escola. “A palavra ciclo designa período temporal ou duração de um processo para que algo ocorra” (ALAVARSE, 2009, p. 42).

Segundo Freitas (2004, p. 24), os ciclos devem:

Pautar a questão da “formação” e não só a da instrução; introduzir o componente “desenvolvimento” na organização da escola; remeter à relação educação e vida não só como vivência de experiências sociais, mas também como estado crítico da atualidade; apostar no desenvolvimento da auto organização do aluno, com sua participação em coletivos escolares como vivência real de poder e decisão nos assuntos da escola; incorporar a progressão continuada.

Nesse sentido, o ciclo introduz “uma prática curricular baseada na transversalidade de temas e em uma forma mais elaborada como complexos temáticos que orientam a ação de coletivos de professores. Permitindo que as características culturais locais também sejam contempladas.” (Freitas, 2004, p. 25). O ciclo amplia ainda o espaço da ação coletiva dos professores, oportunizando o desenvolvimento das características do aluno e suas vivências culturais.

Contrário à organização escolar em ciclos existe a seriação, modo de organizar a escola de forma que o aluno tem o período de um ano para alcançar o desempenho esperado, sendo passível a reprovação nos casos em que os estudantes não evidenciam tal desempenho.

No ciclo, a ideia é que o tempo de aprendizagem do aluno possa ser alongado, em respeito ao ritmo de aprendizagem de cada um deles. O trabalho

se desenvolve na perspectiva de que todos podem aprender. Alavarse (2009, p.43) considera que o ciclo torna “o objetivo da aprendizagem um aspecto central, o que não pode ser interpretado como desconsideração pelas condições peculiares dos aprendizes e sua cultura”.

A Diretriz Pedagógica do BIA (SEDF, p. 12), relata que o Distrito Federal já havia aderido anteriormente ao ciclo “na década de 80, com o Projeto ABC e na década de 90 com o CBA e a Escola Candanga”.

O Projeto ABC, tinha por objetivo que as crianças desenvolvessem “todo o processo de alfabetização sem descontinuidade e sem vivenciarem fracasso. Porém, em pouco tempo o Projeto teve o seu fim decretado”, assim como também o CBA e a Escola candanga”. (Villas Boas, 2009, p.3)

Diferente das demais iniciativas de implantação da organização escolar em ciclo, o BIA já está em vigor há 08 anos no DF, sobrevivendo até mesmo a mudanças de governos, o que não era comum acontecer até então. Essa forma de organizar a escola possibilita superar o modelo seriado. Requer, no entanto alguns elementos que, segundo Alavarse (2009, p. 44) são essenciais para a boa condução desse processo, por parte da escola:

- Proposta Político-pedagógica ancorada no diagnóstico da situação inicial que explicita os objetivos de aprendizagem ao longo de cada ciclo, na perspectiva de uma visão ampla de currículo que transcenda o rol e o encadeamento de conteúdos disciplinares;
- organização do trabalho pedagógico com destaque para as modalidades de engajamento da equipe de professores, articulando jornadas de trabalho e tarefas no seio de um verdadeiro trabalho coletivo, isto é, um grupo de alunos ao longo de cada ciclo;
- delimitação de formas e expedientes de acompanhamento das aprendizagens dos alunos que contemplem as ações pertinentes à superação de eventuais obstáculos, realçando a avaliação formativa e institucional;
- estabelecimento de procedimentos de agrupamento dos alunos na perspectiva da diferenciação pedagógica e da individualização de percursos;
- disponibilização de recursos e arranjos materiais, com ampliação dos espaços de aprendizagem que, seguramente,

extrapolam a sala de aula e a própria escola como ambientes exclusivos de ensino e aprendizagem.

- cotejamento dos indicadores da escola com aqueles do conjunto das escolas nacionais e regionais, a despeito da singularidade cada unidade escolar.

Desse modo, a organização da escola em ciclos busca incluir o aluno no que diz respeito a “diferenciação pedagógica, a fim de que todos possam aprender, que deve ser vista como uma iniciativa não apenas para situações nas quais não se obtém os resultados esperados, mas sim como estrategema regular de trabalho pedagógico.” (ALAVARSE, 2009, p.44).

Embora o BIA já esteja sendo implementado no DF desde 2005, minha experiência profissional me permite afirmar que ainda existem professores que acreditam e trabalham na lógica seriada, desprezando a flexibilidade do tempo do aluno e acreditando que a repetência produz qualidade de ensino.

As Diretrizes Pedagógicas do BIA (SEDF, 2012, p.14) cita Mainardes (2007), assentindo que

a escolaridade em ciclos somente faz sentido se resultar em um estado qualitativo superior no que se refere à garantia do direito à educação, à apropriação do conhecimento pelos alunos e à concretização de um projeto transformador da escola e da sociedade. Em outras palavras, a unidade escolar só será exitosa, se avançar em relação à unidade escolar seriada e suas limitações.

Sendo assim, para o êxito da organização escolar em ciclo no período inicial de escolarização, é necessário que a escola, como um coletivo, tenha compreensão de que a

aprendizagem é o que se deseja desenvolver com os alunos. Não se trata de uma simples fixação de novos objetivos, mas sim a delimitação de objetivos que possam indicar uma revisão profunda das finalidades da escola e, ao mesmo tempo, o repensar da forma de se trabalhar, no interior da escola, com o conhecimento”. (ALAVARSE, p.6).

Esse repensar da escola é fundamental para o êxito do desempenho dos estudantes, haja vista a importância do trabalho coletivo e do comprometimento de professores e demais profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

1.2 A progressão continuada

No bojo da organização escolar ciclada encontra-se a progressão continuada das aprendizagens dos estudantes. No BIA, essa progressão é prevista e conta, como já foi mencionado, com a seguinte forma de organização da escola: não há retenção por questões de aprendizagem do 1º ano para o 2º ano e deste para o 3º ano. A retenção nesses períodos só acontece em caso de infrequência dos estudantes. A possibilidade de retenção dos alunos do BIA só acontece ao final do ciclo, ou seja, no 3º ano do de escolaridade, respeitando assim, o tempo maior que algumas crianças necessitam para avançar em suas aprendizagens.

O que entendemos por progressão continuada? Segundo as Diretrizes Pedagógicas do BIA (2012, p. 13) “na progressão continuada as séries são mantidas e a reprovação é eliminada em algumas séries”. No entanto, esse entendimento deve ser ampliado, uma vez que o restringe à promoção automática. O conceito de progressão continuada defendido por Villas Boas (2012, p. 6) evidencia maior coerência ao assentir que “o compromisso da progressão continuada é com a aprendizagem, [...] promovendo as aprendizagens de todos os estudantes”.

Citando Hunter (1972), Villas Boas (2012, p.) destaca ainda que a

progressão continuada significa a progressão do estudante desde que entra na escola até a conclusão do curso. Trata-se da maneira de organizar e conduzir a escola de modo que cada estudante desenvolva em cada disciplina e atividade o que é adequado. Essa organização baseia-se na ideia de que sua aprendizagem é contínua; que ele não deve repetir o que já

sabe; e não deve prosseguir os estudos tendo lacunas em suas aprendizagens.

Portanto, percebemos que a progressão continuada, insere-se em uma organização escolar não seriada uma vez que prevê que os estudantes avancem em suas aprendizagens de acordo com seu ritmo e capacidade. É diferente do conceito que muitos professores ainda possuem, confundindo progressão continuada com promoção automática. É comum ainda ouvirmos de professores, até mesmo em reuniões de pais, explicar que a aprovação é automática. Nesse entendimento, a criança vai de um ano para o outro independente de ter aprendido ou não.

É preciso que se esclareça que progressão continuada vai muito além dessa concepção. Freitas (2009, 8), citando Bertagna (2003), esclarece que

A denominação progressão continuada foi adotada, como enfatizam diversos textos oficiais, porque extrapola a compreensão da aprovação automática no sentido apenas de implementação de uma norma administrativa, mas contempla o aspecto pedagógico, a crença de que toda criança é capaz de aprender. Então, sempre ocorrerá progresso de aprendizagem mesmo que em diferentes níveis. Atrelada a essa concepção está o respeito ao ritmo de aprendizagem dos alunos. Cada qual tem o direito de se desenvolver no seu ritmo natural e a escola portanto, deve garantir a aprendizagem do aluno.

Valoriza-se, desse modo, o ritmo da aprendizagem de cada estudante, sendo que na progressão continuada “a criança avança em seu percurso escolar em razão de ter se apropriado, pela ação da escola, de novas formas de pensar, sentir e agir”. (Freitas, 2009, apud Bertagna, 2003).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 09 anos, o Conselho Nacional de Educação (2010, p. 8-9, art.30) estabelece que os três primeiros anos escolares devem assegurar ao estudante:

- I- a alfabetização e o letramento;
- II- o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, a Literatura, a

Música e demais artes, a Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, da Ciência, da História e da Geografia;

III- a continuidade da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no Ensino Fundamental como um todo e, particularmente, na passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade e deste para o terceiro.

§ -1º Mesmo quando o sistema de ensino ou a escola, no uso de sua autonomia, fizerem opção pelo regime seriado, será necessário considerar os três anos iniciais do Ensino Fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo sequencial não passível de interrupção, voltando para ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos.

Visto que a política da progressão continuada e dos ciclos de aprendizagem são, ainda, alvo de muitas críticas por parte dos professores, e não tem conseguido assegurar o que está estabelecido legalmente, é necessário que as unidades escolares incluam em seu Projeto Político-Pedagógico um espaço de formação continuada, para que os professores reflitam e discutam os pressupostos teórico metodológicos norteadores da proposta do Bloco Inicial de Alfabetização, bem como sistemáticas de trabalho para sua operacionalização.

CAPÍTULO II

2. Avaliação

Avaliação, uma palavra que pode assumir um caráter assustador ou animador, dependendo de como é anunciada e aplicada. Constitui um recurso inerente a todo processo educativo. É um meio usado pelo professor, ou pela escola para acompanhar e promover o desenvolvimento dos estudantes.

Quando pensamos em avaliação, estamos falando de algo muito mais completo e complexo do que uma prova. A avaliação deve ser um processo, ou seja, deve acontecer durante todo o ano, em vários momentos e de diversas formas. Dessa maneira, concebemos avaliação como algo amplo, processual, dinâmico e diferenciado. Sendo um processo, é necessário que existam critérios bem definidos e princípios a serem levados em conta no momento de avaliar.

Entendemos que a avaliação tem o poder de orientar uma ação posterior. “Avalia-se para tentar manter ou melhorar nossa atuação futura”. (FERNANDES e FREITAS, 2008,). Sendo assim, o papel principal da avaliação é possibilitar ao professor refletir sobre as informações obtidas acerca do desempenho dos estudantes, e redirecionar ações no sentido de favorecer o avanço de suas aprendizagens futuras. Esse processo não pode estar restrito ao uso de provas, mas de instrumentos diversos que evidenciem o desenvolvimento dos estudantes.

Os alunos podem ser avaliados por diferentes atividades e procedimentos como por exemplo: trabalhos individuais e em grupo, observação do comportamento e da participação dos estudantes em sala de aula, exercícios, tarefas de casa, entre outros.

A avaliação deve efetivar-se desde o início do ano letivo, a fim de que o professor tenha condições de planejar suas ações referentes ao trabalho a ser desenvolvido junto aos alunos, no decorrer do processo de desenvolvimento desse trabalho e ao final, para apreciação dos resultados alcançados e análise das aprendizagens construídas pelos estudantes proposto. Uma vez realizada a análise dos resultados pode-se trabalhar no sentido da realização de intervenções e redirecionamento das práticas visando melhor desempenho dos estudantes.

Como já explicitado no tópico anterior, os ciclos de aprendizagem “implicam uma reorganização de todo o funcionamento da escola e a reestruturação do trabalho pedagógico”. (AMARAL, 2008, p. 132). Sendo assim, para romper com a cultura de repetência e evasão, os ciclos exigem dos profissionais da educação uma mudança relacionada a avaliação, demandando uma ruptura com as concepções herdadas e ainda persistentes de que a avaliação tem como propósito promover ou reter alunos de um ano letivo para o outro. A esperança é que isso aconteça com a maior brevidade possível, visto que o trabalho no BIA inclui a organização escolar em ciclo e a progressão continuada, cabendo ao professor envolvido modificar sua avaliação que ainda costuma ser classificatória e excludente.

Amaral (2008, p. 132), citando Sousa (2003), comenta que “ a avaliação nos ciclos precisa estar a serviço da democratização da escola, fazendo parte do cotidiano escolar, com vistas a intervenção no processo de aprendizagem vivido pelos alunos”. É importante, então que o aluno seja avaliado de acordo com o seu ritmo e tempo, já que essa é uma das características da escola organizada em ciclo.

2.1. A avaliação formativa

A avaliação formativa acontece ao longo do processo, com o objetivo de reorientá-lo. É “aquela em que o professor está atento aos processos de aprendizagens de seus estudantes” (FERNANDES e FREITAS, 2008, p. 22).

Não objetiva dar notas, pois acompanha toda a trajetória da aprendizagem, orientando os estudantes na realização de seus trabalhos e na construção de suas aprendizagens, bem como identificando suas dificuldades e promovendo seus avanços.

Na avaliação formativa, há a possibilidade “de tomar como referência o próprio estudante”. (VILLAS BOAS, 2004, p.30), ou seja, o julgamento da produção desenvolvida pelo aluno e o retorno que ele tem de sua avaliação, levam em conta o desenvolvimento de seu aprendizado. Nessa perspectiva de formação, não há preocupação com notas, mas sim, em acompanhar e analisar as possibilidades de aprendizagem de cada um.

A avaliação formativa prevê ainda o registro, pelo professor, do desenvolvimento dos alunos. O registro realizado nesse tipo de avaliação pode ser diversificado. “O professor deve documentar dados que for coletando ao longo do processo, com o propósito de acompanhar o processo de aprendizagem de seus estudantes”. (FREITAS, 2008).

No que se refere à avaliação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 24, estabelece às escolas de Ensino fundamental:

“V- a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais...”

A LDB reafirma, portanto, o compromisso com uma avaliação que supere a quantificação de resultados que ocorre, em geral, por meio de notas e menções.

A escola organizada em ciclos propõe que sejam abandonadas práticas como a atribuição de notas e o uso de provas e exames como critérios para aprovação ou reprovação dos alunos. Mainardes (2006, p.4), comenta que “a

política dos ciclos fundamenta-se nos princípios da avaliação formativa, da avaliação emancipatória ou outros modelos de avaliação, nos quais a preocupação é garantir a melhoria da aprendizagem”. Nesse sentido a avaliação não é puramente técnica, tampouco utilizada apenas para verificação, mas serve como “ponto de partida para a reorientação da prática pedagógica, bem como para a emancipação dos sujeitos envolvidos”. (MAINARDES, 2006, p. 7).

Mainardes (2006, p. 6), citando Perrenoud (1999, p.103), indica ainda que a avaliação é processual, contínua e diagnóstica, e “ajuda o aluno a aprender e se desenvolver, ou melhor, que participa da regulação das aprendizagens e do desenvolvimento de um projeto educativo”. A avaliação formativa tem então o sentido de guiar o aluno, de informá-lo sobre suas dificuldades de modo que ele tenha condições de avançar em suas aprendizagens.

No BIA, a avaliação formativa serve como recurso auxiliar para a melhoria da qualidade de ensino, contribuindo ainda para o desenvolvimento da aprendizagem, atendendo assim ao propósito da organização escolar ciclada. Visto que o ciclo propõe uma reorganização do trabalho pedagógico a ser desenvolvido no interior da escola, envolvendo gestor, supervisor, coordenador, professor e demais componentes da equipe pedagógica, é vital que o processo de acompanhamento do aluno seja realizado pelo coletivo escolar de forma sistemática. Segundo a Diretriz Pedagógica do BIA (SEDF, p. 73)

o acompanhamento pedagógico sistemático consiste em tornar visíveis os avanços e as necessidades de cada estudante, de cada turma e da unidade escolar, como um todo, com o intuito de planejar ações que possibilitem a resolução dos problemas de ensino e de aprendizagem evidenciados nas atividades de acompanhamento aplicadas, tais como observação, provas, exercícios, pesquisas, etc.

Esse acompanhamento sistemático é importante, pois permite ao professor visualizar o aluno em sua inteireza, bem como adotar diferentes procedimentos de acordo com o desenvolvimento individual dos estudantes.

Nesse contexto, a avaliação formativa ocupa importante papel e requer mudanças na prática docente de grande parcela dos professores. Segundo Villas Boas (2007, p.) “a avaliação formativa requer profunda mudança de atitude”, passando a conceber que “o erro do aluno não mais é considerado como uma falta passível de repreensão, mas como uma fonte de informação essencial, cuja manifestação é importante favorecer”. A mesma autora aponta como características da avaliação formativa:

- é conduzida pelo professor (esta é a principal);
- destina-se a promover a aprendizagem;
- leva em conta o progresso individual, o esforço nele colocado e outros aspectos não especificados no currículo.

Percebemos então que na avaliação formativa o desempenho evidenciado pelo estudante dá ricas informações ao professor no momento do diagnóstico. Ainda citando a importância da avaliação formativa, Villas Boas (2012, p.12) diz que ela

leva sempre em conta o aluno e em que ponto se encontra em seu processo de aprendizagem e que abre espaço para a adoção da progressão continuada de modo que o percurso escolar aconteça sem atropelos, em atendimento ao tempo, ao ritmo e às necessidades de cada um.

Além de subsidiar o trabalho do professor, a avaliação formativa envolve diretamente os alunos, pois eles participam da definição dos critérios de avaliação do seu trabalho e da forma de aplicá-los. Isso lhes possibilita compreender onde estão em termos de aprendizagem e o que deles é esperado. Esse envolvimento é feito considerando-se a idade e o nível de desenvolvimento dos alunos.

As Diretrizes Pedagógicas do BIA, (SEDF, 2012, p.73) asseguram que para que o professor organize suas ações, é necessário que a avaliação tenha um “acompanhamento pedagógico sistemático”, envolvendo Supervisor pedagógico, Coordenador, professores. É por meio desse acompanhamento que se “torna visíveis os avanços e as necessidades de cada estudante, com o

intuito de planejar ações que possibilitem a resolução dos problemas de ensino e de aprendizagem evidenciadas nas atividades de acompanhamento aplicadas, tais como observação, provas, exercícios, pesquisas, etc.”

O acompanhamento sistemático do desempenho dos estudantes possibilita ao professor verificar lacunas na aprendizagem do estudante, portanto, precisa ser contínuo e permanente, sendo a avaliação o principal componente desse processo. Para que isso aconteça, é imprescindível, conforme diz a Diretriz Pedagógica (2012, p. 75), que haja “ diagnóstico, registro, análise e intervenções”. Nessa perspectiva, faz-se necessário todo esse acompanhamento para que haja o progresso constante das aprendizagens do aluno.

CAPÍTULO III

3. Procedimentos Metodológicos

1- O caminho escolhido

A análise do estudo efetivou-se por meio de uma abordagem qualitativa, visto que esta visa “descrever a complexibilidade de um determinado problema, compreender os processos dinâmicos experimentados por grupos sociais e permitir a interpretação das particularidades dos comportamentos e atitudes dos indivíduos”. (OLIVEIRA, 1999, p.117)

Desse modo, a pesquisa qualitativa foi de grande valia para esse estudo, pois permitiu, a partir da observação da prática da professora participante da pesquisa, a descrição detalhada das situações vivenciadas e a análise crítica dos dados coletados. Outro fator importante da pesquisa qualitativa que está em consonância com o presente estudo é o fato de que os dados foram coletados em seu ambiente natural e o pesquisador foi o “instrumento chave” desse processo. (MORESI, 2003,p.8)

3.2- A Instituição

A pesquisa foi realizada em uma escola pública do Distrito Federal. A instituição atende alunos da Educação Infantil ao 4º ano do Ensino Fundamental. Especialmente do BIA, a escola possui 4 turmas de 1º ano, 4 turmas de 2º ano e 4 turmas de 3º ano. Nessa pesquisa, o foco foi uma turma de 3º ano, do período vespertino e se justifica por ser o período final do Bloco Inicial de Alfabetização - BIA, ou seja, o ano escolar em que há reprovação caso o aluno não alcance os objetivos propostos.

A equipe escolar é assim constituída: Diretor, Vice-diretor, 3 Coordenadores, 21 professores, Orientador Educacional, Sala de recursos.

Todos os professores que trabalham com as turmas do Bloco Inicial de Alfabetização possuem especialização, participaram de cursos de formação do BIA e a maioria já fez ou está cursando o Pró-letramento. Esse quadro indica que os professores alfabetizadores dessa instituição conhecem a metodologia proposta para o BIA. No entanto, ainda é possível observar uma resistência por parte de uma minoria desses professores em aplicá-la. Por esse motivo, evidencia-se importante o acompanhamento do processo avaliativo desenvolvido na escola, em especial em uma turma de 3º ano, por ser considerado, pela maior parte dos professores, um período crítico, uma vez que muitos alunos não alcançam o nível de aprendizagem esperado para esse ano escolar e acabam ficando retido ao final dele.

A principal interlocutora da pesquisa foi uma das professoras do 3º ano do Ensino Fundamental. Essa professora foi escolhida por ser uma profissional bastante comprometida e preocupada com a alfabetização. Era, à época da pesquisa, alfabetizadora há 27 anos, e aparenta muita disposição e bom humor ao ministrar suas aulas. Já realizou os cursos do BIA e de Alfabetização e Linguagem. Afirmou conhecer bem a metodologia do BIA e realizar diversas ações para ajudar os alunos a avançar em suas aprendizagens. Declarou ainda que costuma trabalhar com o reagrupamento, fazer cursos visando o aperfeiçoamento de sua prática e acolher, de bom grado, sugestões de colegas para intervenções junto aos alunos. A docente procede dessa forma mesmo estando às portas da aposentadoria, o que não costuma ser muito comum entre parte dos professores. A estudante entrevistada era aluna da escola desde a Educação Infantil e foi reprovada no ano passado (2012) por não atingir os objetivos propostos para o 3º ano do Ensino Fundamental. No ano em que reprovou estudava com essa mesma professora.

3.3 Os Procedimentos de pesquisa

Os dados do estudo foram levantados por meio da realização de entrevista realizada com a professora colaboradora do estudo mencionada

anteriormente e com uma aluna da turma em que atua. A entrevista com a docente (anexo 1) foi realizada no próprio estabelecimento de ensino no horário de coordenação da professora e as respostas foram anotadas para posterior análise, tomando cuidado para que nenhum dado se perdesse.

Segundo Bervian (2003, p.46), a entrevista “não é uma simples conversa. É conversa orientada para um objetivo definido: recolher, por meio de interrogatório do informante dados para a pesquisa”. A entrevista constitui, portanto, um importante meio para levantamento de informações, que por sua vez favorece a análise dos fatos ocorridos em campo.

A entrevista com a aluna da turma colaboradora do estudo (anexo 2). foi realizada com o propósito de compreender a sua concepção de avaliação e a forma como era avaliada em sala de aula pela professora. As respostas dessa entrevista também foram anotadas e posteriormente analisadas. Como a entrevista com os alunos foi realizada nos últimos dias de aula do ano letivo de 2012, só consegui realizar a entrevista com uma aluna, que estava no momento disponível.

Utilizei também a observação como procedimento para levantamento de dados. A opção por essa sistemática de trabalho possibilitou verificar como a professora desenvolvia seu trabalho a partir das avaliações que realizava. A observação ocorreu em alguns momentos dentro da sala de aula da professora, de acordo com a sua disponibilidade.

Realizei também análise documental como procedimento para levantamento de dados. Foi analisado documento da SEDF que contém as Diretrizes Pedagógicas do BIA, o que possibilitou maior qualidade ao melhor trabalho investigativo, uma vez que serviu de base para uma comparação com a realidade escolar.

3.4- Análise dos dados

A professora entrevistada tem 27 anos de serviços prestados em sala de aula, dedicados exclusivamente à alfabetização, sua grande paixão. De fato, percebi, um grande amor ao que faz, chegando a encher os olhos de lágrimas quando pensa que agora, em 2013, estará se aposentando. Foi uma entrevista bem animada, ela contou muitos casos ocorridos ao longo de sua vida profissional envolvendo alunos e pude perceber o quanto luta em favor das aprendizagens dos estudantes. Na observação que realizei em sua sala de aula, percebi o carinho com que as crianças são tratadas pela professora e o quanto os alunos a respeitam.

Quando lhe perguntado sobre sua opinião a respeito do ciclo de aprendizagem, sua resposta foi “não concordo com o ciclo quando o sistema não está preparado. O ciclo trás prejuízo para o aluno. Se o professor não souber trabalhar, piora a situação do aluno. Quando o aluno chega ao 3º ano, está com baixa autoestima e grandes dificuldades”. Ela criticou a Secretaria de Educação, onde, segundo seu ponto de vista deveria preparar melhor os professores para trabalhar com o ciclo.

Percebi na fala da professora um entendimento não tão profundo do que é o ciclo de aprendizagem, confundindo-o com a promoção automática, que consiste na não retenção dos alunos de um ano para o outro, independente do progresso de suas aprendizagens. A esse respeito, Freitas (2004, p.24) enfatiza que uma noção mais completa de “ciclo deve problematizar o poder na escola. Nesse sentido, os ciclos devem: Pautar a questão da formação e não só a da instrução e introduzir o componente desenvolvimento na organização da escola”.

A respeito das estratégias pedagógicas propostas para o BIA, a professora diz que acha bom, “mas precisa funcionar. Reagrupamento entre todos os anos não dá certo. Melhor entre os anos, seus pares (1º, 2º, 3º)”. Durante a observação, a professora relatou que realizou o reagrupamento com sua colega da outra turma de 3º ano. Elas reagruparam de acordo com as

necessidades de aprendizagem dos alunos. O aluno que apresenta necessidades específicas em produção de texto, em leitura ou nas operações matemáticas. Segundo a docente, essa estratégia apresentou ótimos resultados e acrescentou que, por esse motivo conseguiram avançar muitos estudantes no ano anterior.

O reagrupamento é um dos princípios do BIA e consiste em

uma estratégia de trabalho em grupo, que atende a todos os estudantes. É uma estratégia pedagógica que permite o avanço contínuo das aprendizagens, a partir da produção de conhecimentos que contemplem as possibilidades e necessidades de cada estudante, durante todo o ano letivo (SEDF, 2012, p. 59).

O reagrupamento visa o atendimento das crianças na sua individualidade. Pode ser realizado dentro da própria sala de aula (intraclasse) ou entre mais de uma turma (interclasse). Essa é uma estratégia que permite às escolas o planejamento de atividades que promovam avanços nas aprendizagens dos estudantes.

Pude observar um desses reagrupamentos. As duas turmas de 3º ano se dividiram e as professoras atenderam os alunos de acordo com suas necessidades de aprendizagem. Nesse momento, foram utilizadas estratégias e materiais diferenciados. Foi possível perceber que a professora saiu da sua rotina diária de sala de aula, organizou o ambiente de outra forma modificando a disposição das cadeiras, usou jogos e brincadeiras.

O uso de jogos e brincadeiras é importante na alfabetização e a ludicidade constitui um dos eixos do BIA. Segundo a Diretrizes Pedagógicas do BIA (2012, p. 32 e 32)

O brincar e o jogar propiciam ao estudante, o desenvolvimento da linguagem, do pensamento, da socialização, da iniciativa, da autoestima, da autonomia e da criticidade. E com a sua mediação, professor, o lúdico atua na esfera cognitiva, e além de facilitador, promove as aprendizagens.

Considerando que a ludicidade constitui elemento essencial para a construção das aprendizagens dos estudantes, uma vez que a exploração do aspecto lúdico contribui para o “exercício da cidadania, ou seja, a criança deve ter o direito de brincar como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil”, segundo enfatiza a Diretriz do BIA (SEDF, p. 32)

Quando perguntado à professora colaboradora do estudo, o que ela entendia por avaliação das aprendizagens, ela definiu como “instrumentos usados para avaliar o aluno e pelo qual o aluno se avalia também”.

A definição da docente não condiz com uma avaliação de cunho formativo. Vasconcelos (2002), confirma esse pressuposto quando afirma que “aplicar um instrumento, corrigir e atribuir um conceito ainda não é avaliação”. Há necessidade de “constatar a dificuldade do aluno a fim de intervir”.

Em relação à finalidade da avaliação, a professora disse que “é tanto para ver como está o desempenho do meu trabalho, como para verificar o crescimento do aluno e direcionar as ações futuras”. Nesse caso, a professora amplia seu conceito de avaliação, demonstrando maior coerência com as palavras de Vasconcelos (idem) citadas acima e com as expressas a seguir, quando o autor se refere às intervenções a serem realizadas pelo professor diante das necessidades de seus alunos: “a avaliação implica um posicionamento daquilo que foi constatado” (VASCONCELOS, 2002, p. 24).

Quando questionada sobre sua percepção da avaliação em uma organização escolar em ciclos, a professora interlocutora do estudo afirmou que “quem faz a diferença é o professor. Ela (referindo-se à avaliação) tem que ser diária, observação do aluno como um todo, caderno, leitura”.

Diante dessa fala, vale ressaltar a importância do trabalho do professor abordada por Vasconcelos (2002):

O posicionamento do professor é o de maior importância. O fator essencial da educação é o humano e, em especial, no caso da educação escolar, o professor, por ser o coordenador deste processo em sala de aula. O sucesso ou fracasso de qualquer prática educativa dependerá sempre do professor, do seu grau de consciência, do seu compromisso, do seu envolvimento.

Sendo o professor quem melhor conhece as necessidades dos estudantes, deve buscar a forma mais adequada para avaliá-lo buscando sempre (re)organizar seu trabalho no sentido de promover o avanço de suas aprendizagens.

Ainda sobre esse assunto, uma aluna relatou seu entendimento sobre avaliação respondendo rápida e prontamente: “prova”. Continuei questionando sobre o assunto e ela continuou afirmando que a avaliação escolar correspondia à realização de “provas”. Nesse momento, a professora fez uma intervenção e explicou que não avisa aos alunos que eles são também avaliados por meio dos cadernos, perguntas escritas, na oralidade. Desse modo a concepção de avaliação que os alunos constroem tende a ficar restrita à realização de exames escolares.

Quanto à possibilidade de avaliar formativamente, a interlocutora afirmou: “acredito, mas não só formativamente”.

A resposta da docente demonstra um entendimento não tão profundo, senão equivocado, sobre que é a avaliação formativa. Fernandes, (2008, p.30) tão bem a descreve como “aquela que orienta os estudantes para a realização de seus trabalhos e de suas aprendizagens, ajudando-os a localizar suas dificuldades e suas potencialidades, redirecionando-o em seus percursos.”

Quanto aos instrumentos usados pela docente para avaliar seus alunos e a frequência com que costuma utilizá-los, foi dito por ela: “avaliação diária. Olho o dever de casa, corrijo, olho a caligrafia, o capricho. No dever de sala,

observo se o aluno tem dificuldade ou não. Realizo bimestralmente avaliações maiores, provas. Em momentos de atividades extras também avalio”.

Todo instrumento de avaliação deve ser usado com o propósito de acompanhar a aprendizagem. As Diretrizes Pedagógicas do BIA (SEDF, p. 73) orienta que a “acompanhamento pedagógico deve ser sistemático”. Esse acompanhamento sistemático é o que possibilita visualizar as necessidades dos estudantes e trabalhar em atendimento a essas demandas.

Em relação à utilização de instrumentos padronizados para avaliar os alunos, a professora negou proceder dessa maneira, afirmando: “Não. Depende do aluno e da necessidade”.

Essa resposta está em conformidade com uma prática avaliativa formativa, uma vez que Villas Boas (2008, p.30) comenta que “a avaliação formativa é criteriada, ou seja, toma como referências os objetivos e os critérios de avaliação, mas ao mesmo tempo toma como referência o próprio estudante”.

Quando questionada sobre a realização de provas e o que pensa sobre elas, aluna colaboradora do estudo comentou que faz provas, acha legal, mas fica nervosa quando as realiza. Afirmou ainda que “as provas servem para ver se aprendeu ou não”.

A esse respeito a professora reafirmou que geralmente os alunos veem a avaliação como prova porque, ao avaliá-los por outros meios, ela o faz sem avisá-los e que, ao assim proceder, costuma adaptar os procedimentos e/ou instrumentos utilizados às necessidades específicas de cada estudante. Se um aluno não sai bem na prova, ela costuma avaliá-lo por meio de outros instrumentos e/ou procedimentos.

Quando indagada sobre a forma como costuma analisar os instrumentos que utiliza para avaliar seus alunos, a professora assentiu que “tem atividades que corrijo junto, outras separadas e faço retorno”.

O retorno mencionado pela docente é importante e deve levar em conta, além dos critérios previamente definidos, a individualidade do aluno. Fernandes (2008, p.30) se refere a esse assunto relatando que “o julgamento de sua produção e o retorno que lhe será oferecido levarão em conta o processo desenvolvido pelo estudante e não apenas os critérios estabelecidos para realizar a avaliação”. Sendo um processo, a aprendizagem se consolida quando o professor atende os estudantes nas suas especificidades.

Quando indagada sobre o que costuma fazer com os resultados de suas avaliações, a docente respondeu: “Retomar. É fundamental. Observar as dificuldades e preparar as atividades em cima disso”.

A aluna participante da pesquisa confirmou o que foi dito pela professora respondendo ao questionamento sobre o que a professora costumava fazer após a aplicação de uma prova ou de uma outra atividade avaliativa: “a professora corrige e mostra os erros”. O fato de ter corrigido e mostrado onde estavam os erros pode ter ajudado os estudantes a corrigir suas falhas e sanar suas dificuldades.

A esse respeito, o documento que contém as Diretrizes Pedagógicas do BIA (SEDF, p. 73), ressalta que o acompanhamento sistemático pelo professor “torna visíveis os avanços e as necessidades de cada estudante”, por isso ele deve trabalhar com “o intuito de planejar ações que possibilitem a resolução dos problemas de ensino e de aprendizagem evidenciadas nas atividades de acompanhamento”.

A partir das avaliações que realiza, o professor tem condições de verificar as dificuldades de seus estudantes e decidir o tipo intervenção necessária ao avanço de suas aprendizagens.

CONCLUSÃO

Essa pesquisa teve como foco principal analisar os instrumentos e procedimentos utilizados pela professora de uma turma de 3º ano de escolaridade de uma escola da rede pública do DF para avaliar seus alunos.

O trabalho no Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), é norteado por Diretrizes Pedagógicas específicas para esse período escolar. O referido documento foi usado analisado nesse estudo com o intuito de levantar informações que subsidiassem a análise da prática avaliativa da professora alfabetizadora interlocutora da pesquisa. Por ser o único ano escolar do BIA em que os alunos podem ser reprovados caso não alcance os resultados esperados para o período, o 3º ano do BIA tem sido alvo de inúmeros questionamentos por parte de um número significativo de professores.

Para um maior conhecimento dessa realidade e o alcance dos objetivos desse estudo, foi necessário observar como a professora da turma investigada costumava avaliar seus alunos e, a partir das informações obtidas, estabelecer um paralelo com o que determina as Diretrizes Pedagógicas do BIA (SEDF, 2012) que sugere uma prática avaliativa formativa. A observação realizada comprovou que a professora utilizava diversos instrumentos avaliativos, incluindo a aplicação de provas seguida de atribuição de notas aos estudantes, o que também contraria o que é proposto pelo documento que indica o Relatório Descritivo como documento de registro para acompanhamento bimestral das aprendizagens dos alunos.

As crianças também demonstraram perceber que a avaliação se restringe à realização de provas. A aluna entrevistada não sabia que a professora também os avaliava por meio de registros acerca do seu desempenho em caderno e de outras atividades realizadas em sala de aula. No entanto, a aluna declarou que após a realização das provas, a professora corrigia junto e ajudava no que era necessário.

Os dados indicam, portanto, que falta ainda à professora colaboradora do estudo, compreensão quanto ao desenvolvimento dos trabalhos em uma

organização escolar ciclada e das próprias orientações contidas na proposta do BIA (SEDF, 2012), que apresenta a avaliação formativa como um de seus princípios.

Desse modo, cabe ao professor alfabetizador que opta por trabalhar com crianças nessa fase de alfabetização, buscar conhecer os documentos que orientam a sua prática, incluindo a metodologia proposta para o alcance dos resultados almejados para este período escolar incluindo o nível de aprendizagem previsto para todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

ALAVARSE, Ocimar Munhoz. *A Organização do ensino fundamental em ciclos: algumas questões*. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, 2009.

_____. *A escola em (como) questão*. São Paulo.

AMARAL, Maria Clara. *Avaliação nos ciclos: adiamento da exclusão?* Práxis Educativa, Ponta Grossa, 2008.

BERVIAN, Pedro; CERVO, Amado. *Metodologia Científica*. São Paulo: Pretice Hall, 2003.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira. FREITAS, Luiz Carlos. *Indagações sobre Currículo. Currículo e Avaliação*. Brasília, 2008.

FREITAS, Luiz Carlos de. *Ciclo ou Séries? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos –espaços da escola?* Minas Gerais. Novembro de 2004.

MAINARDES, Jefferson & GOMES, Ana Cláudia. *Escola em ciclos e avaliação da aprendizagem: uma análise das contribuições de teses e dissertações*, 2006.

MORESI, Eduardo. *Metodologia de Pesquisa*. Tese desenvolvida na UCB. 2003.

SEDF, Diretrizes Pedagógica do BIA. Brasília, 2012.

OLIVEIRA, Sílvio Luís. *Tratado de Metodologia Científica*. São Paulo: Pioneira, 1999.

VASCONCELLOS, Celso dos S. *Projeto de valorização do educador e Melhoria da Qualidade do Ensino. Revista Prove*, São Paulo, 2002.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. *Portfólio, Avaliação e Trabalho Pedagógico*. Campinas: Ed. Papirus, 2004.

_____. *Progressão continuada: Equívocos e Possibilidades. Primeiros apontamentos*. Texto em construção. Junho de 2012.

_____. *Pedagogia – A avaliação na escola*. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

ENTREVISTA COM A PROFESSORA

- 1- Há quanto tempo você trabalha com alfabetização?
- 2- O que você pensa sobre os ciclos de aprendizagem?
- 3- E sobre as estratégias pedagógicas propostas para o BIA?
- 4- O que você entende por avaliação das aprendizagens?
- 5- Na sua opinião, para que se avalia?
- 6- Como você vê a avaliação nos ciclos?
- 7- Você acredita que é possível avaliar formativamente?
- 8- Que instrumentos costuma utilizar para avaliar seus alunos e com que frequência?
- 9- Você utiliza o(s) mesmo(s) instrumento(s) e/ou procedimento(s) para avaliar todos os alunos?
- 10- Como costuma analisar os instrumentos utilizados para avaliar?
- 11- O que você costuma fazer com os resultados de suas avaliações?

ENTREVISTA COM OS ALUNOS

- 1- O que vocês entendem por avaliação?
- 2- Como vocês são avaliados?
- 3- Na opinião de vocês, para que serve a avaliação?
- 4- Vocês realizam provas?(Em caso afirmativo) O que pensam sobre elas?
Preferem ser avisados quando serão aplicadas?
- 5- Como se sentem quando sabem que estão sendo avaliados?
- 6- O que a professora de vocês costuma fazer depois que aplica uma prova ou uma atividade que será considerada par a avaliação?
- 7- Como gostariam de ser avaliados?